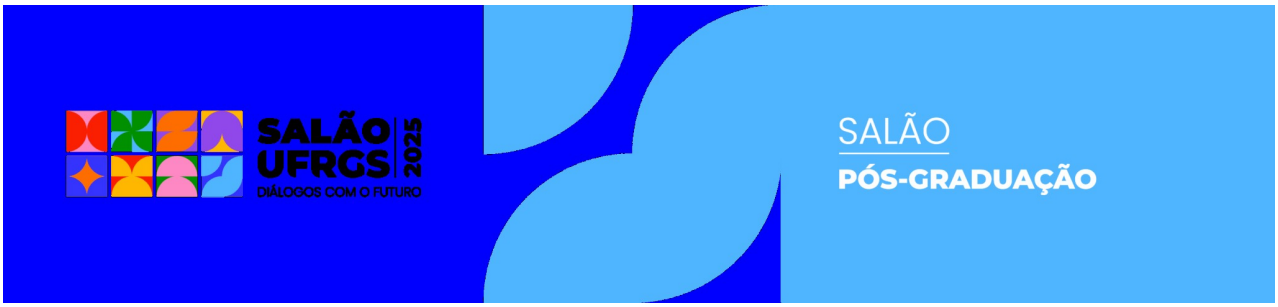


| | |
|---|---|
| **Evento** | Salão UFRGS 2025: I SALÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO |
| **Ano** | 2025 |
| **Local** | Campus do Vale - UFRGS |
| **Título** | Mudança em políticas públicas: como a nova Lei de REURB afetou a política de regularização fundiária de interesse social em Porto Alegre/RS |
| **Autor** | GIOVANNA LIMA GURGEL |
| **Orientador** | LUCIANA PAZINI PAPI |

**Resumo Expandido da Dissertação**

A irregularidade fundiária é uma realidade que tem se mostrado presente em diversos países do mundo. Nessa conjuntura, o Brasil desenvolveu um conjunto amplo de instrumentos de regularização fundiária, com uma política que se volta à promoção da segurança de posse, do direito à cidade, e da função social da propriedade. No entanto, a nova lei de Regularização Fundiária (Lei n° 13.465/2017 - ou Lei da REURB), a partir da inserção do instrumento de Legitimação Fundiária, alterou os princípios que regiam a regularização fundiária urbana nos municípios; ocasionando desconfigurações na política de regularização fundiária implementada à nível municipal.

Conferindo a literatura sobre a temática, é possível conferir a presença de algumas obras que abordam teoricamente as alterações que a normativa ocasionou na implementação da política no Brasil; no entanto, poucos são os estudos voltados a observar os efeitos desta normativa na prática. Ainda, são escassos os estudos voltados à análise do desmonte da regularização fundiária de interesse social. Dessa forma, a presente pesquisa buscou responder ao seguinte problema de pesquisa central: *"P0)Qual o impacto da Lei nº 13.465/2017 na política de regularização fundiária de interesse social, e em que medida as mudanças promovidas podem ser caracterizadas como um desmonte dessa política?*". Para isso, o município de Porto Alegre foi elencado enquanto recorte empírico.

Como forma de responder às perguntas estabelecidas, a investigação utilizou de documentações variadas, dando origem a uma pesquisa qualitativa exploratória; onde, inicialmente, foram efetuadas análises de documentos públicos e relatórios a respeito dos processos de regularização acompanhados pelas instituições entre 1995 e 2023. Em seguida, aplicou-se também um questionário semi-estruturado com burocratas implementadores dos processos de regularização fundiária de interesse social no município, como método complementar de compreensão às documentações analisadas. Neste processo, buscou-se observar a implementação da regularização fundiária de interesse social ao redor dos anos em duas diferentes instituições do poder público municipal de Porto Alegre: a Procuradoria Geral do Município (PGM), e o Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB).

De modo a compreender os impactos da normativa sobre a estabilidade da política, os conceitos de *Dimensões* da política, de Bauer *et al*. (2012), foram operacionalizados. Além disso, a partir da utilização da mesma literatura, foram observadas as alterações ocorridas na *Densidade* e na *Intensidade* da política, antes e depois da promulgação da normativa, como

forma de atestar se as mudanças ocorridas poderiam ser configuradas enquanto um desmonte da política analisada.

Os resultados observados revelaram que a promulgação da Lei n°13.465/2017 implicou em mudanças significativas na política de regularização fundiária implementada em Porto Alegre. Além disso, foram observadas *Reduções Reais* e *Reduções Relativas* nas diversas *Dimensões* que compõem a política de regularização fundiária do município, evidenciando o desmonte não somente pela a inclusão da Legitimação Fundiária (*Layering*), mas também por outras alterações trazidas pela mesma normativa, que reduziram seu rigor regulatório e de implementação (*Active* e *By Default*).

Sob a ótica da literatura estabelecida, as evidências apontam para a ocorrência de um *Desmonte Ativo* da política. Assim, esse projeto contribuiu para conscientização sobre as mudanças ocorridas na política de regularização fundiária de Porto Alegre; ampliando os conhecimentos a respeito do processo de desmonte de políticas públicas e oferecendo reflexões sobre os caminhos para recuperação das políticas analisadas.

## REFERÊNCIAS

BAUER, Michael W. *et al*. (ed.). **Dismantling public policy**: Preferences, strategies, and effects. OUP Oxford, 2012.

BRASIL. **Lei n° 13.465, de 11 de julho de 2017**. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União (…); e dá outras providências. Brasília, 2017.